

Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares

*na Europa
2017/18*

Eurydice – Factos e Números





Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares na Europa 2017/18

Eurydice – Factos e Números

O presente documento é uma publicação da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA, Análise das Políticas de Educação e de Juventude).

Cite esta publicação como: Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2019. *Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares na Europa – 2017/18*. Eurydice Factos e Números. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

ISBN 978-92-9484-166-7

doi:10.2797/77814

EC-AD-19-001-PT-N

Texto concluído em Outubro de 2019.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

© Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, 2019

É permitida a reprodução desta publicação, desde que seja identificada a fonte.

Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura
Análise das Políticas de Educação e de Juventude
Avenue du Bourget 1 (J-70 – Unit A7)
BE-1049 Bruxelas
Correio Eletrónico: eacea-eurydice@ec.europa.eu
Sítio Web: <http://ec.europa.eu/eurydice>

Nota: Esta síntese é complementada por Fichas de Informação Nacionais e um glossário, que se encontram disponíveis em Inglês no sítio Web da EU Bookshop: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d2009f6e-ef02-11e9-a32c-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/fonte-107169048>

EURYDICE

Unidade Portuguesa

Av. 24 de Julho, n.º134

1399-054 Lisboa

Tel.: +(351)213 949 314

Correio Eletrónico: eurydice@dgeec.mec.pt

Sítio Web: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/>

Editor da versão portuguesa: **Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência**



DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS
DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ISBN 978-972-614-681-0

Lisboa, novembro de 2019

ÍNDICE

Índice	3
Índice de Figuras	5
Códigos	7
Principais Conclusões	9
Parte I: Análise Comparativa	11
Introdução	11
1. Os salários oficiais diferem normalmente entre os níveis de ensino devido a diferentes requisitos de qualificação	12
2. Os salários oficiais dos novos professores aumentaram significativamente nos últimos anos em alguns sistemas educativos	14
3. O grau de progressão salarial e o tempo de serviço em que se baseia variam muito de um país para outro	17
4. Os salários reais dos professores, incluindo subsídios e outros pagamentos suplementares, são com frequência superiores ao PIB per capita	20
5. Na maioria dos países, os rendimentos dos diretores escolares dependem da dimensão da escola	23
6. Em alguns sistemas educativos, existe uma diferença significativa entre os salários dos professores e dos diretores escolares	25

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Salários iniciais brutos oficiais anuais (EUR) para professores a tempo inteiro, com habilitação para a docência em escolas da rede pública, 2017/18	12
Figura 2: Razões para alterações nos salários oficiais dos professores em escolas da rede pública entre 2016/17 e 2017/18	14
Figura 3: Variação percentual nos salários iniciais oficiais dos professores desde 2014/15 a 2017/18 (em moeda nacional e preços constantes de 2015)	15
Figura 4: Diferença percentual entre os salários iniciais oficiais dos professores do secundário inferior e os seus salários após 10 e 15 anos de serviço, e no topo da faixa salarial, 2017/18	17
Figura 5: Progressão salarial e número de anos necessários para atingir o topo da tabela salarial (CITE 24), 2017/18	19
Figura 6: Salários brutos anuais médios reais dos professores com idades compreendidas entre os 25-64 anos, 2016/17	20
Figura 7: Percentagem de professores com 50 anos ou mais, 2016	21
Figura 8: Salários reais dos professores do secundário inferior em relação aos rendimentos médios de outros diplomados do ensino superior que trabalham fora do setor público, 2014/15	22
Figura 9: Sistemas de remuneração de diretores de escolas públicas (CITE 02, 1, 24 e 34), 2017/18	23
Figura 10: Impacto da dimensão da escola sobre os salários dos diretores escolares, 2017/18	24
Figura 11: Número de anos de experiência necessários para ser um diretor de escola em estabelecimentos de ensino públicos, 2017/18	26
Figura 12: Diferença percentual entre os salários brutos oficiais anuais (mínimos e máximos) dos professores e dos diretores escolares (CITE 24), 2017/18	27

CÓDIGOS

Códigos dos países

UE	União Europeia	AT	Áustria
BE	Bélgica	PL	Polónia
BE fr	Bélgica – Comunidade francófona	PT	Portugal
BE de	Bélgica – Comunidade germanófona	RO	Roménia
BE nl	Bélgica – Comunidade flamenga	SI	Eslovénia
BG	Bulgária	SK	Eslováquia
CZ	República Checa	FI	Finlândia
DK	Dinamarca	SE	Suécia
DE	Alemanha	UK	Reino Unido
EE	Estónia	UK-ENG	Inglaterra
IE	Irlanda	UK-WLS	País de Gales
EL	Grécia	UK-NIR	Irlanda do Norte
ES	Espanha	UK-SCT	Escócia
FR	França	AL	Albânia
HR	Croácia	BA	Bósnia-Herzegovina
IT	Itália	CH	Suíça
CY	Chipre	IS	Islândia
LV	Letónia	LI	Listenstaine
LT	Lituânia	ME	Montenegro
LU	Luxemburgo	MK	Macedónia do Norte
HU	Hungria	NO	Noruega
MT	Malta	RS	Sérvia
NL	Países Baixos	TR	Turquia

Códigos estatísticos

: ou **m** = Dados não disponíveis

(-) ou **a** = Não aplicável

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- Em 2017/18, os professores assistiram a um aumento dos seus salários oficiais na maioria dos sistemas educativos, o que se deveu sobretudo a aumentos indexados à taxa de inflação ou ao custo de vida. No entanto, na Bulgária, República Checa, Estónia, Lituânia, Países Baixos, Roménia e Eslováquia, ocorreram mudanças políticas que tiveram um impacto positivo significativo nos níveis salariais dos professores. A negociação coletiva também trouxe importantes aumentos salariais na Dinamarca, Malta, Suécia e Islândia.
- Entre 2014/15 e 2017/18, os salários ajustados à inflação dos professores principiantes sofreram um aumento de 4 % ou mais na maioria dos países. Este aumento foi particularmente elevado na Bulgária, República Checa, Estónia, Irlanda, Letónia, Roménia, Eslováquia, Suécia e Islândia. Quando ajustados à inflação, os salários iniciais eram mais baixos em 2017/18 do que nos três anos prévios em nove países.
- Enquanto em alguns países todos os professores principiantes auferem o mesmo salário oficial, independentemente do nível de ensino que lecionam, em outros países existem diferenças em função dos níveis de ensino. Estas diferenças estão normalmente associadas às diferenças nos requisitos de qualificação mínima.
- Os salários dos professores em início de carreira aumentam em média cerca de 50 % durante a sua carreira, mas a taxa de aumento e o tempo de serviço associado variam significativamente entre os países europeus. Se em alguns países, os professores atingem normalmente o nível salarial mais elevado antes de completarem 20 anos de serviço, em outros sistemas educativos, pode levar-lhes 35 anos ou mais.
- O salário real médio dos professores (incluindo quaisquer subsídios ou outros pagamentos suplementares) é similar ou superior ao PIB *per capita* na maioria dos sistemas educativos.
- A Comunidade germanófono da Bélgica, Irlanda, Itália, Hungria, Roménia e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia) são os sistemas educativos com as diferenças mais acentuadas nos salários oficiais entre professores e diretores escolares.
- Na maioria dos sistemas educativos, os salários dos diretores escolares variam em função da dimensão e de outras características do estabelecimento de ensino. A diferença situa-se geralmente abaixo dos 20 %, mas pode ser ultrapassar 30 % na Irlanda, Letónia, Países Baixos e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte).

PARTE I: ANÁLISE COMPARATIVA

Introdução

Os conhecimentos e competências dos professores, o seu empenho profissional, e a qualidade da liderança escolar, constituem fatores essenciais para alcançar resultados escolares de elevada qualidade. Por conseguinte, é importante que os profissionais contratados para ensinar e liderar as escolas sejam os mais qualificados, talentosos e aptos a responder às novas exigências que se impõem à profissão docente ⁽¹⁾.

O ensino mudou consideravelmente nos últimos anos, não se restringindo a uma mera transmissão de conhecimentos. Atualmente, a tónica é cada vez mais colocada na facilitação do processo de aprendizagem – que se traduz em apoiar os aprendentes, co-criar conhecimentos com eles, e ajudá-los a desenvolver competências essenciais. Dos professores, espera-se que utilizem as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que trabalhem em equipa, ensinem crianças oriundas de diversos contextos socioeconómicos e culturais, que se envolvam com as famílias, facilitem a integração de crianças com necessidades educativas especiais (NEE) e contribuam para a liderança e a gestão escolares. Por sua vez, os diretores escolares devem liderar o pessoal, apoiar o seu desenvolvimento profissional, melhorar o desempenho da escola, estabelecer contactos com parceiros locais e gerir os recursos financeiros.

A complexidade e a variedade das competências exigidas colocam um desafio para todos os sistemas educativos nacionais: como atrair os diplomados mais qualificados para a profissão docente e retê-los no posto de trabalho. A remuneração constitui um elemento chave no sentido de tornar a docência uma profissão mais atrativa. Juntamente com outros fatores, tais como as condições de trabalho, as perspetivas de carreira, as oportunidades de desenvolvimento e de reconhecimento profissional, a remuneração desempenha um papel importante em termos de aliciar as pessoas para a profissão docente e assegurar que os professores em serviço se sentem valorizados e suficientemente motivados para ministrar um ensino de elevada qualidade. Por conseguinte, as políticas que afetam os rendimentos e as perspetivas de carreira daqueles que trabalham no setor educativo devem constituir uma parte integral de estratégias globais que visam promover a atratividade da profissão docente, seja junto de docentes em serviço ou de potenciais candidatos.

O presente relatório analisa os rendimentos dos professores e dirigentes escolares plenamente qualificados, em regime a tempo inteiro, nos estabelecimentos de ensino público em 42 sistemas educativos europeus ⁽²⁾. Todavia, relativamente ao nível secundário, somente são incluídos os programas de ensino geral. Desse modo, a análise cobre os níveis CITE 02, 1, 24 e 34, os quais se referem, subseqüentemente, aos níveis de educação pré-escolar, ensinos primário, secundário inferior e secundário superior, respetivamente.

A **Secção 1** examina os salários brutos oficiais anuais dos professores principiantes em 2017/18 em todos os níveis do ensino geral. A **Secção 2** foca a evolução nos salários oficiais dos professores nos últimos anos. A **Secção 3** revela como a progressão salarial durante a carreira de um professor varia entre os países. A **Secção 4** analisa o salário bruto anual médio dos professores, incluindo subsídios e outros pagamentos suplementares. A **Secção 5** identifica os principais sistemas de remuneração dos diretores escolares e mostra como os seus salários oficiais estão ligados à dimensão da escola. A **Secção 6** compara os salários oficiais dos professores e dos diretores escolares em 2017/18.

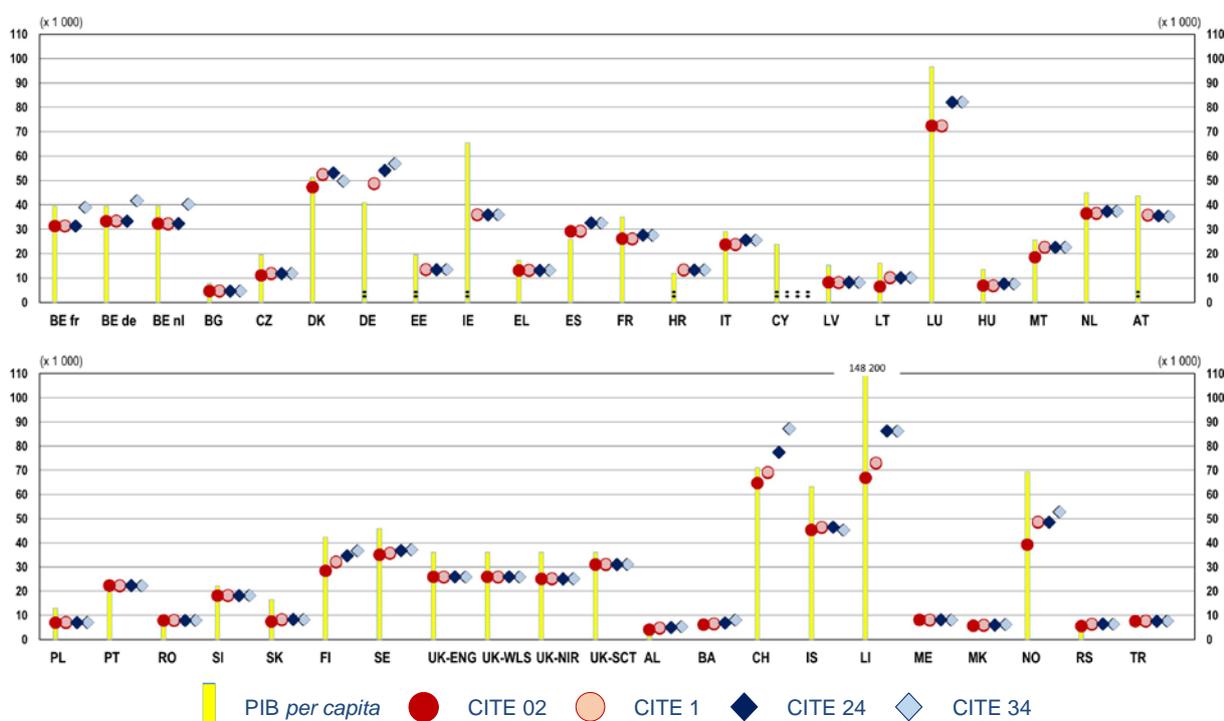
⁽¹⁾ Conselho da União Europeia, 2014. *Conclusions on effective teacher education*. Education, Youth, Culture and Sport Council meeting, Brussels, 20 May 2014. European Commission, 2013. *Supporting teacher competence development for better learning outcomes*, disponível em: http://ec.europa.eu/education/policy/school/doc/teachercomp_en.pdf

⁽²⁾ Este relatório cobre todos os membros da Rede Eurydice exceto Chipre, que não participou nesta recolha de dados. Os dados foram recolhidos conjuntamente pelas Redes Eurydice e NESLI.

1. Os salários oficiais diferem normalmente entre os níveis de ensino devido a diferentes requisitos de qualificação

Existem diferenças significativas entre os países europeus nos salários oficiais pagos aos professores que ingressam na profissão ⁽³⁾. Os salários iniciais oficiais oscilam entre menos de 5 000 euros por ano na Bulgária e Albânia e mais de 70 000 euros em Luxemburgo e Listenstaine. O nível salarial está normalmente associado à riqueza de um país. Como mostra a Figura 1, os salários oficiais mais baixos encontram-se em países com o produto interno bruto (PIB) *per capita* mais baixo (p. ex. Bulgária, Letónia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia, Albânia e Sérvia), enquanto os salários mais elevados são atribuídos em países com um PIB *per capita* elevado (p. ex. Dinamarca, Luxemburgo, Suíça, Islândia, Listenstaine e Noruega). A Secção 4 examina as diferenças entre os salários médios dos professores e o PIB *per capita* de cada país.

Figura 1: Salário inicial bruto anual oficial (EUR) dos professores a tempo inteiro, com habilitação para a docência em escolas da rede pública, 2017/18



Nota explicativa

Os dados salariais nesta Figura referem-se aos salários oficiais dos professores principiantes em regime de tempo inteiro com a qualificação mínima para ingressar na profissão docente, à exceção dos países onde a maioria dos professores ingressa na profissão com uma qualificação mais elevada e, por conseguinte, recebe um salário mais alto. Neste caso, o salário inicial oficial mencionado supra é para professores com esta qualificação superior (ver Notas específicas por país, infra).

Os dados sobre os salários de cada país encontram-se na Parte II deste relatório (Fichas de Informação Nacionais). Nos casos em que os salários são indicados numa moeda nacional diferente, as taxas de câmbio usadas para converter estes salários em euros encontram-se disponíveis num anexo no final do relatório, tal como os dados relativos ao PIB *per capita* (2018). Para a Croácia, Albânia, Suíça, Islândia e Listenstaine, os dados sobre o PIB *per capita* referem-se a 2017.

Notas específicas por país

Bélgica (BE fr): A maioria dos professores no CITE 34 detém uma qualificação superior à mínima exigida, pelo que auferem um salário oficial mais elevado, facto que é indicado na figura. O PIB refere-se ao conjunto da Bélgica.

Bélgica (BE de): O PIB refere-se ao conjunto da Bélgica.

Bélgica (BE nl): A maioria dos professores no CITE 34 detém uma qualificação superior à mínima exigida, pelo que auferem um salário oficial mais elevado, facto que é indicado na figura. O PIB refere-se ao conjunto da Bélgica.

República Checa: Os salários indicados são médias ponderadas baseadas na proporção de professores em cada uma das duas escalas salariais.

Alemanha: Os salários indicados referem-se a médias ponderadas dos dados disponíveis a nível regional (*Länder*).

⁽³⁾ A definição de salário oficial pode ser consultada na Parte III do relatório (Definições).

Estónia: Os dados relativos aos salários oficiais referem-se ao salário mínimo que todos os professores recebem. Não existe um salário inicial dependente do nível de qualificação, nem progressão em função dos anos de serviço.

Espanha: Os salários indicados referem-se a médias ponderadas dos salários a nível regional (*Comunidades Autónomas*).

Cróacia: A maioria dos professores do ensino primário e do secundário inferior detém uma qualificação superior ao mínimo exigido (que equivale ao CITE 34) e, conseqüentemente, auferem um salário oficial mais alto, facto que é indicado na figura.

Lituânia: Os dados correspondem a uma carga horária de ensino de 36 horas por semana, em comparação com as 18 representadas na edição de 2015/16 e anteriores deste relatório.

Países Baixos: No nível secundário, os salários indicados referem-se às médias ponderadas das três escalas salariais em função da proporção de professores remunerados em cada escala a 1 de outubro de 2017.

Áustria: Os salários indicados representam as médias ponderadas de duas escalas salariais. O CITE 34 inclui os salários dos professores em programas de ensino profissional. Não existem dados disponíveis a nível federal para o CITE 02.

Polónia: No CITE 02, CITE 1 e CITE 24, a maioria dos professores detém uma qualificação superior ao mínimo indicado (que equivale ao CITE 34) e auferem um salário oficial mais elevado, facto que é indicado na figura.

Finlândia: O país encontra-se dividido em duas áreas geográficas com duas escalas salariais diferentes. Os dados referem-se à escala de remunerações mais alta. Os salários na outra escala são 1 % mais baixos.

Suécia: Não existem salários oficiais. Os salários indicados correspondem aos valores médios dos salários reais dos professores com um ou dois anos de experiência em 2017.

Reino Unido (ENG/WLS): O salário inicial corresponde ao mínimo no escalão salarial principal para Inglaterra e País de Gales, excluindo a área Londres. Os professores contratados para a área de Londres (Inglaterra) são remunerados num dos seguintes escalões superiores: centro de Londres; área metropolitana de Londres; e periferia de Londres. O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

Reino Unido (NIR): O salário inicial corresponde ao mínimo da escala salarial principal. O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

Reino Unido (SCT): O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

Bósnia-Herzegovina: Os salários indicados correspondem às médias dos dados disponíveis a nível regional (*Cantões*).

Suíça: Os salários oficiais são determinados a nível regional (Cantão). Os valores indicados representam médias ponderadas dos 26 requisitos legais a nível regional.

Noruega: A maioria dos professores do ensino primário e do secundário detém uma qualificação superior ao mínimo previsto, pelo que auferem um salário oficial mais elevado, facto que é indicado na figura.

O salário inicial bruto anual oficial médio (para os 42 sistemas educativos) é de 24 027 euros na educação pré-escolar, 25 668 euros no ensino primário, 26 839 euros no ensino secundário inferior e 27 791 euros para professores de programas gerais do ensino secundário superior. Enquanto em alguns países todos os professores auferem o mesmo salário oficial independentemente do nível de ensino ministrado, em outros países existem diferenças entre níveis de ensino, derivadas habitualmente de diferenças nos requisitos de qualificação mínima.

Em 11 países (Bulgária, Grécia, França, Letónia, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Reino Unido, Montenegro e Turquia), o salário inicial oficial dos professores da educação pré-escolar e dos ensinos primário e secundário é idêntico e, em geral, para ingressar na profissão docente nestes quatro níveis de ensino exige-se a mesma qualificação⁽⁴⁾. A única exceção são os professores de educação pré-escolar na Eslovénia, que auferem o mesmo salário oficial que os professores do ensino primário e do secundário, apesar de terem requisitos de qualificação mais baixos. Na Polónia e Montenegro, a maioria dos professores dos quatro níveis de ensino tem a mesma qualificação e auferem o mesmo salário. No entanto, na educação pré-escolar, ensino primário e secundário inferior na Polónia e na educação pré-escolar em Montenegro, os professores podem ingressar na profissão com uma qualificação mais baixa do que a habitual e, nesse caso, auferir um salário oficial proporcionalmente mais baixo.

Em sete países (República Checa, Estónia, Irlanda, Lituânia, Malta, Eslováquia e Sérvia), o nível salarial e os requisitos de qualificação para os professores do ensino primário e secundário são idênticos, mas para os docentes do pré-escolar são mais baixos. Este é igualmente o caso na Noruega, mas aqui a maioria dos docentes do secundário superior detém um nível de qualificação superior e por conseguinte auferem salários mais elevados.

Nas três Comunidades da Bélgica, a qualificação mínima e o salário oficial dos professores principiantes é o mesmo para todos os níveis de ensino, ainda que no secundário superior, como mostra a Figura, a maior parte dos professores detenha uma qualificação superior e os seus salários oficiais sejam também mais elevados.

⁽⁴⁾ Em França, o salário oficial no ensino secundário é ligeiramente superior ao da educação pré-escolar ou do ensino primário em virtude de o complemento de tutoria que todos os professores recebem ser ligeiramente mais alto e de também estar incluída uma compensação por horas extraordinárias.

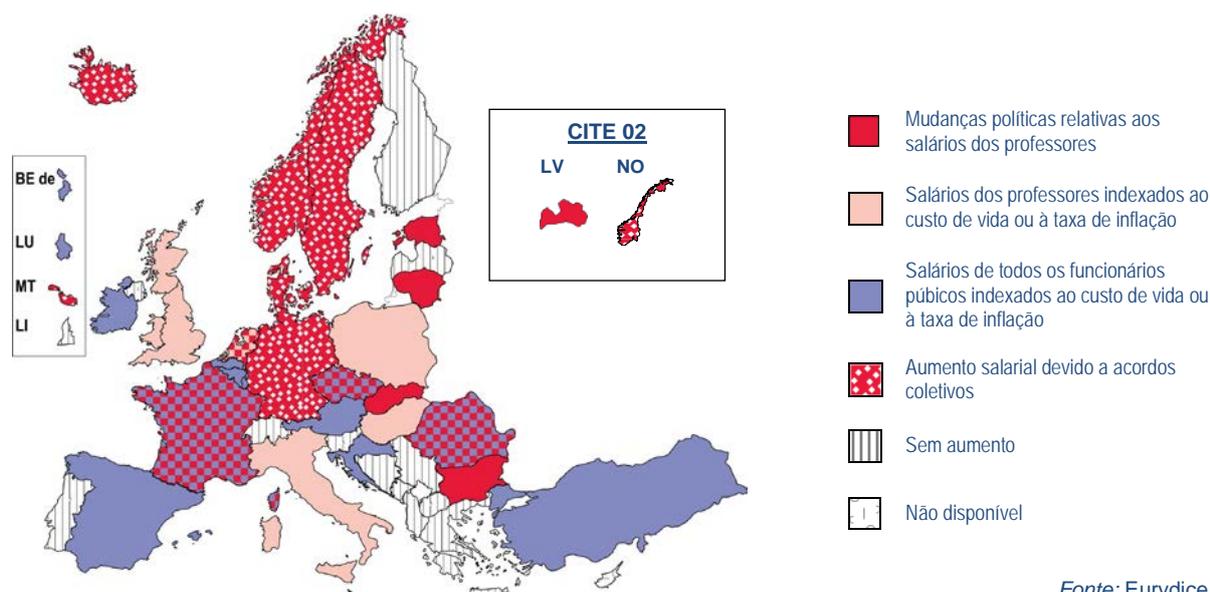
Em Espanha, Itália, Luxemburgo, Hungria e Países Baixos, a lei estipula que os docentes do pré-escolar e do ensino primário devem ter o mesmo nível de qualificação para ingressar na profissão docente e devem auferir o mesmo salário oficial, enquanto os docentes do secundário inferior e superior detêm uma qualificação mais alta e, por conseguinte, auferem um salário mais alto ⁽⁵⁾.

Em sete países, os salários dos professores principiantes tendem a ser mais elevados em proporção com o nível de ensino, mas as diferenças salariais entre os níveis nem sempre correspondem a diferenças nos requisitos de qualificação. Este é o caso na Dinamarca, Finlândia, Suécia, Bósnia-Herzegovina (onde os salários são determinados por acordo coletivo), assim como na Albânia, Listenstaine e Macedónia do Norte.

2. Os salários oficiais dos novos professores aumentaram significativamente nos últimos anos em alguns sistemas educativos

Em 2017/18, os professores viram os seus salários oficiais aumentar na maioria dos sistemas educativos (Figura 2). Em muitos casos, tal ficou a dever-se a aumentos indexados à taxa de inflação ou ao custo de vida. No entanto, na Bulgária, República Checa, Estónia, Lituânia, Países Baixos, Roménia e Eslováquia verificaram-se mudanças políticas que tiveram um impacto significativo nos níveis salariais dos docentes.

Figura 2: Razões para alterações nos salários oficiais dos professores em escolas da rede pública entre 2016/17 e 2017/18



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Esta Figura ilustra as razões para as alterações nos salários oficiais dos professores entre 2016/17 e 2017/18. A análise cobre os salários dos professores principiantes, dos docentes com 10 e 15 anos de experiência e dos que se encontram no topo da escala salarial, nos níveis CITE 02, 1, 24 e 34.

Notas específicas por país

Grécia: Os salários oficiais dos professores principiantes permaneceram iguais. No entanto, os salários de alguns professores (dependendo da sua experiência) aumentaram ligeiramente em relação ao ano anterior em resultado de um levantamento parcial das medidas de austeridade.

Portugal: A partir de 1 de janeiro de 2018, o acesso ao topo da carreira foi descongelado, o que conduziu a um aumento salarial para estes professores. O salário máximo aumentou 9 %.

⁽⁵⁾ Nos Países Baixos, os salários oficiais são idênticos para os docentes do ensino secundário inferior e superior; no entanto, no nível secundário inferior, os professores podem ser titulares de um grau de Licenciatura (como os docentes do pré-escolar e do ensino primário) ou de um grau de Mestrado (como os docentes do secundário superior).

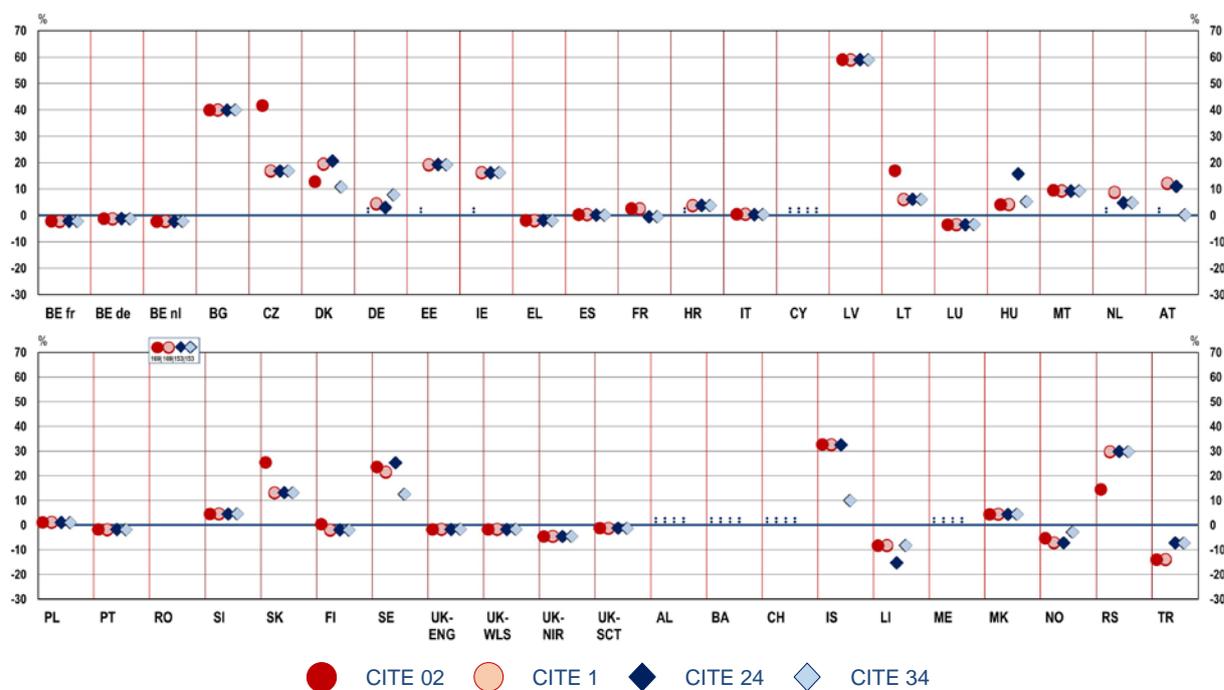
Os aumentos atingiram aproximadamente os 15 % na Bulgária e República Checa, 13 % na Estónia, entre 3 % e 8 % na Lituânia, e cerca de 6 % nos Países Baixos e Eslováquia ⁽⁶⁾. Também na Letónia, o salário dos docentes do pré-escolar aumentou quase 10 %. O aumento mais elevado produziu-se na Roménia, onde os salários dos novos professores quase duplicou, enquanto o salário dos professores com experiência também aumentou de forma significativa, especialmente nos níveis pré-escolar e primário. No entanto, a partir de janeiro 2018, os professores romenos devem pagar a contribuição completa para a segurança social e regime de pensões (incluindo a parte paga anteriormente pelos empregadores). Em França, para além do aumento salarial geral indexado para todos os funcionários públicos, as escalas salariais dos professores foram atualizadas, o que, no total, conduziu a um aumento salarial entre 1,5 % e 2,5 %.

A negociação coletiva também trouxe consideráveis aumentos salariais em outros seis países. Os salários subiram entre 1,5 % e 7 % na Alemanha, entre 3 % e 6 % na Dinamarca (exceto para a educação pré-escolar) e Suécia, e entre 5 % e 14 % em Malta. Na Islândia, o aumento situou-se entre 12 % e 36 % no secundário superior, e entre 3 % e 6 % nos outros níveis de ensino. Na Noruega, os salários dos docentes do pré-escolar com qualificações mínimas aumentaram 4 % e os salários dos professores com uma qualificação mais elevada subiram 2 %.

Os professores em Itália, Hungria, Polónia e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia) receberam aumentos indexados à taxa de inflação ou ao custo de vida. Em outros sete países, todos os funcionários públicos, incluindo professores, receberam tais aumentos (Bélgica, Irlanda, Espanha, Croácia, Luxemburgo, Áustria e Turquia). Embora estes aumentos ajudem os professores a acompanhar o aumento do custo de vida, pouco contribuem para melhorar o seu poder de compra.

Nos restantes sistemas educativos, os salários oficiais não aumentaram em 2017/18, com a consequente perda de poder de compra dos professores.

Figura 3: Variação percentual nos salários iniciais oficiais dos professores desde 2014/15 a 2017/18 (em moeda nacional e preços constantes de 2015)



Fonte: Eurydice.

⁽⁶⁾ No caso da República Checa, Países Baixos e Roménia, o aumento percentual também inclui o ajustamento dos salários ao custo de vida.

Figura 3 (continuação)

Variação percentual nos salários iniciais oficiais dos professores desde 2014/15 a 2017/18 (em moeda nacional e a preços constantes de 2015)

	BE fr	BE de	BE nl	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT
CITE 02	-2	-1	-2	40	42	13	:	:	:	-2	0	3	:	0	:	59	17	-3	4	10	:	:
CITE 1	-2	-1	-2	40	17	19	4	19	16	-2	0	3	4	0	:	59	6	-3	4	9	9	12
CITE 24	-2	-1	-2	40	17	21	3	19	16	-2	0	0	4	0	:	59	6	-3	16	9	5	11
CITE 34	-2	-1	-2	40	17	11	8	19	16	-2	0	0	4	0	:	59	6	-3	5	9	5	0
	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK-ENG	UK-WLS	UK-NIR	UK-SCT	AL	BA	CH	IS	LI	ME	MK	NO	RS	TR	
CITE 02	1	-2	169	5	25	0	24	-2	-2	-5	-1	:	:	:	33	-8	:	4	-5	14	-14	
CITE 1	1	-2	169	5	13	-2	21	-2	-2	-5	-1	:	:	:	33	-8	:	4	-7	30	-14	
CITE 24	1	-2	153	5	13	-2	25	-2	-2	-5	-1	:	:	:	33	-15	:	4	-7	30	-7	
CITE 34	1	-2	153	5	13	-2	13	-2	-2	-5	-1	:	:	:	10	-8	:	4	-3	30	-7	

Nota explicativa

A Figura mostra a variação percentual entre 2014/15 e 2017/18 do salário bruto oficial anual, a preços constantes de 2015, auferido por professores principiantes em regime de tempo inteiro com as qualificações mínimas exigidas para o ingresso na profissão na educação pré-escolar, ensino primário, ensino secundário geral inferior e ensino secundário geral superior.

O salário bruto oficial anual é retirado do relatório *Eurydice Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares na Europa – 2014/15* e da atual recolha de dados. As informações relativas à França, Croácia, Lituânia, Malta e Noruega (somente no CITE 02) foram ajustadas em termos metodológicos de modo a permitir comparações.

Os salários em 2017/18 foram divididos pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), para reduzir os efeitos da inflação dos preços ao longo dos últimos três anos. Os valores do IHPC foram extraídos a 25 de abril 2019 de https://ec.europa.eu/eurostat/data/database?node_code=prc_hicp_aind

Notas específicas por país

Bélgica: O índice de preços refere-se ao Estado da Bélgica, mas os salários oficiais variam entre as três Comunidades. Nas Comunidades francófona e flamenga da Bélgica, no CITE 34, os dados referem-se a professores com um grau de Mestrado.

Dinamarca: Os dados para 2014/15 excluíram a contribuição dos funcionários para o sistema de segurança social e para o regime de pensões, os quais se encontram incluídos em 2017/18. Assim, o aumento no salário oficial foi inferior ao indicado.

Alemanha: Os salários representam médias ponderadas dos dados disponíveis a nível regional (*Länder*).

Estónia: Os dados sobre salários oficiais referem-se ao salário mínimo que todos os professores recebem. Não há um salário inicial em função do nível de qualificação, nem progressão em função dos anos de serviço.

Irlanda: Os salários para 2014/15 referem-se a professores que ingressaram no ensino a partir de 1 de fevereiro de 2012.

Espanha: Os salários indicados referem-se a médias ponderadas dos salários a nível regional (*Comunidades Autónomas*).

Lituânia: Os salários oficiais mostrados nesta Figura correspondem a uma carga horária de ensino de 36 horas por semana.

Hungria: Os requisitos de qualificação para ingressar na profissão no CITE 24 foram atualizados em 2016/17 e, por conseguinte, os salários aumentaram.

Eslovénia: O subsídio de alimentação que os professores recebem é incluído nos dados de 2017/18 mas não de 2014/15.

Reino Unido: O índice de preços foi calculado para o conjunto do Reino Unido.

Noruega: No CITE 1 e 24, os dados relativos aos salários oficiais referem-se a professores com quatro anos de formação inicial. No CITE 34, os dados referem-se a professores com 6 anos de formação inicial.

Sérvia: Os dados relativos aos salários iniciais em 2017/18 incluem apenas professores com um grau de Mestrado, enquanto os dados de 2014/15 incluem professores com uma qualificação mais baixa e o salário oficial.

A Figura 3 mostra a evolução nos salários iniciais oficiais anuais durante os últimos três anos ajustados de acordo com a inflação dos preços. Entre 2014/15 e 2017/18, os salários ajustados à inflação dos professores principiantes aumentou 4 % ou mais na maioria dos países.

O aumento nos salários iniciais oficiais traduziu-se em cerca de 40 % na Bulgária, 17 % na República Checa (42 % para docentes do pré-escolar), 16 % na Irlanda, cerca de 10 % em Malta, 13 % na Eslováquia (25 % para docentes do pré-escolar), mais de 20 % na Suécia (13 % no nível secundário superior) e 33 % na Islândia (10 % no nível secundário superior). Na Letónia, houve um aumento de 60 % devido a um grande aumento nos salários mínimos que ocorreu em 2016. Os salários iniciais oficiais mais do que duplicaram na Roménia, mas os professores têm agora de pagar a sua contribuição integral para o sistema de saúde e para a segurança social e ainda para o regime de pensões. Na Estónia, o salário mínimo dos professores aumentou quase 20 % durante os últimos três anos.

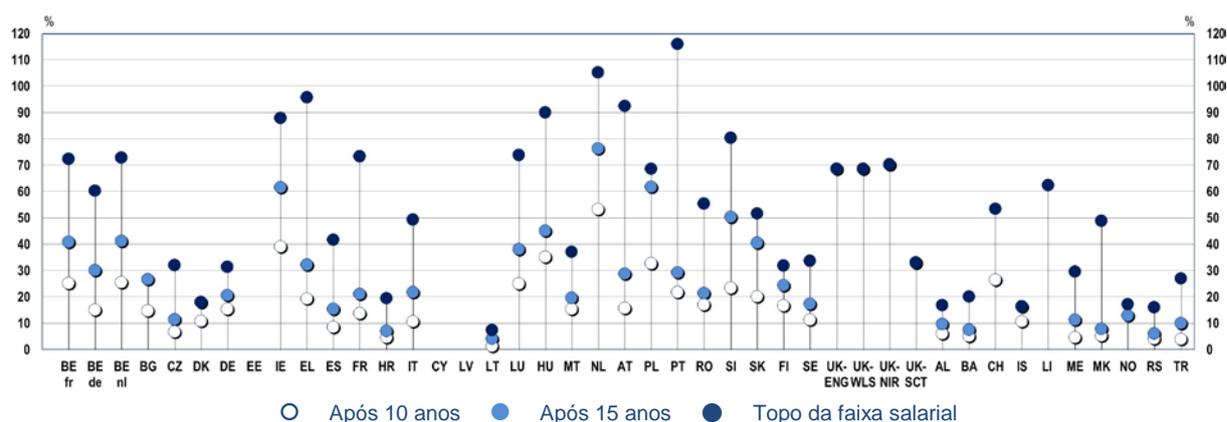
Quando ajustados à inflação, os salários dos professores principiantes foram ligeiramente mais baixos em 2017/18 do que em 2014/15 na Bélgica, Grécia, Luxemburgo, Portugal, Finlândia e Reino Unido. Em Listenstaine, Noruega e Turquia, eram entre 7 % e 15 % mais baixos (dependendo do país e do nível de ensino).

3. O grau de progressão salarial e o tempo de serviço em que se baseia variam muito de um país para outro

Ainda que o salário inicial seja importante para atrair novos professores, não constitui o único fator a ter em conta. Se os salários sofrem um aumento acelerado, um salário inicial baixo não constitui necessariamente um desincentivo para abraçar a carreira docente. Além disso, retenção dos professores no posto de trabalho também representa um desafio e, nesse sentido, aumentos salariais significativos ao longo da carreira podem contribuir para a sua permanência. Ao inverso, pequenos aumentos que requerem um tempo de serviço considerável podem produzir um efeito nocivo em termos de atração e retenção dos docentes na carreira. Desse modo, a presente secção demonstra como os salários dos professores do secundário inferior aumentam ao longo do tempo nos países europeus e quantos anos são normalmente necessários para atingir o salário máximo.

A diferença nas taxas de aumento dos salários oficiais dos professores no nível secundário inferior em toda a Europa é muito ampla, oscilando entre 7 % na Lituânia e 116 % em Portugal. Em média, os salários na faixa salarial máxima são 52 % mais altos do que os salários iniciais neste nível de ensino. A diferença é ligeiramente menor na educação pré-escolar e no ensino primário (48 % e 51 % respetivamente), e ligeiramente maior no nível secundário superior (54 %).

Figura 4: Diferença percentual entre os salários iniciais oficiais dos professores do secundário inferior e os seus salários após 10 e 15 anos de serviço, e no topo da faixa salarial, 2017/18



Fonte: Eurydice.

Diferença percentual entre os salários iniciais oficiais dos professores do secundário inferior e os seus salários após 10 e 15 anos de serviço, e no topo da faixa salarial, 2017/18

	BE fr	BE de	BE nl	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT
Após 10 anos de experiência	25	15	25	15	7	11	15	(-)	39	19	8	14	4	11	:	(-)	1	25	35	15	53	16
Após 15 anos de experiência	41	30	41	27	11	18	21	(-)	62	32	15	21	7	22	:	(-)	4	38	45	20	76	29
No topo da faixa salarial	72	60	73	(-)	32	18	31	(-)	88	96	42	73	19	49	:	(-)	7	74	90	37	105	92
	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK-ENG	UK-WLS	UK-NIR	UK-SCT		AL	BA	CH	IS	LI	ME	MK	NO	RS	TR
Após 10 anos de experiência	33	22	17	23	20	17	11	(-)	(-)	70	33		6	5	26	11	(-)	5	5	13	4	4
Após 15 anos de experiência	62	29	21	50	41	24	17	69	69	70	33		10	7	(-)	16	(-)	11	8	13	6	10
No topo da faixa salarial	69	116	55	80	52	32	34	69	69	70	33		17	20	53	16	62	29	49	17	16	27

Nota explicativa

Os dados salariais nesta Figura referem-se aos salários oficiais dos professores principiantes em regime de tempo inteiro com a qualificação mínima para ensinar no ensino secundário inferior. Os dados sobre os salários de cada país podem ser consultados na Parte II deste relatório (Fichas de Informação Nacionais). As taxas de câmbio utilizadas para converter os salários em euros (nos casos em que foram comunicados numa moeda nacional diferente) estão disponíveis num anexo no final do relatório.

Notas específicas por país

Bulgária: A regulamentação estipula apenas o salário mínimo para as três etapas da carreira de um professor, isto é, professor, professor principal e professor coordenador. O salário após 10 anos corresponde aqui ao salário do professor principal, e o salário após 15 anos corresponde ao salário do professor coordenador, mas a promoção do professor não é automática depois de conseguir esta antiguidade.

República Checa: Os salários indicados referem-se a médias ponderadas baseadas na proporção de professores nas duas escalas salariais.

Alemanha: Os salários indicados referem-se a médias ponderadas dos dados disponíveis a nível regional (*Länder*).

Estónia: As regulamentações oficiais estabelecem apenas um salário mínimo aplicável a todos os professores.

Irlanda: Os salários indicados referem-se às novas escalas salariais oficiais para professores nomeados desde o início de 2011, apesar de a maioria dos professores experientes ainda ser pago de acordo com a tabela salarial anterior a 2011.

Espanha: Os salários indicados referem-se às médias ponderadas dos salários a nível regional (*Comunidades Autónomas*).

Croácia: O salário inicial usado nos cálculos corresponde ao salário de um professor com habilitação para a docência, que inclui um aumento adicional de 0,5 % por cada ano de serviço.

Lituânia: Os dados correspondem a uma carga horária de ensino de 36 horas por semana, comparada com 18 no ano letivo de 2015/16 e em relatórios anteriores da Rede Eurydice.

Letónia: As regulamentações oficiais só definem os salários iniciais.

Países Baixos: O salário, colocação e progressão dos professores são determinados a nível de escola. Os salários indicados referem-se às médias ponderadas das três escalas salariais segundo a proporção de professores remunerados em cada escala a 1 de outubro de 2017.

Áustria: Os salários indicados representam a média ponderada das duas escalas remuneratórias. Os salários iniciais referem-se ao novo sistema de remuneração introduzido em 2015, enquanto os salários após 10 e 15 anos e no topo da faixa salarial se referem ao regime antigo.

Suécia: Não há salários oficiais. Os salários iniciais indicados correspondem aos valores médios dos salários reais dos professores com um ou dois anos de experiência em 2017. Os salários de topo referem-se aos salários reais acima do percentil 90.

Reino Unido (ENG/WLS): O salário inicial é o mínimo previsto na faixa salarial principal e o salário de topo corresponde ao máximo previsto na faixa salarial superior para Inglaterra e País de Gales excluindo a Área de Londres. Os professores que trabalham na área de Londres são pagos de acordo com uma das três faixas mais altas: centro de Londres; área metropolitana de Londres; e periferia de Londres.

Reino Unido (NIR): O salário inicial é o mínimo previsto na faixa salarial principal e o salário de topo corresponde ao máximo previsto na faixa salarial superior.

Bósnia-Herzegovina: Os salários indicados são uma média dos dados disponíveis a nível regional (Cantões).

Suíça: Os salários oficiais são determinados a nível regional (Cantão).

Como ilustra a Figura 4, a progressão salarial – entendida como a variação percentual entre os salários iniciais oficiais e os salários no topo da faixa salarial – é particularmente modesta em alguns dos países em que os salários dos novos professores também são baixos. Incluem-se neste grupo a Croácia, Lituânia, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Turquia. A progressão salarial também é limitada na Dinamarca, Islândia e Noruega mas, nestes países, os salários iniciais são muito mais atrativos e os professores podem atingir o salário máximo numa etapa inicial das suas carreiras (como explicado na Figura que se segue).

Os sistemas educativos com a progressão salarial mais acentuada são as Comunidades francófona e flamenga da Bélgica, Irlanda, Grécia, França, Luxemburgo, Hungria, Países Baixos, Áustria, Portugal e Eslovénia. No entanto, em alguns destes países (p. ex. Grécia, Hungria, Portugal e Eslovénia), os salários iniciais oficiais são relativamente baixos. Em contraste, na Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos, tanto os salários iniciais como a taxa de aumento são significativas. Na Áustria, um novo regime remuneratório introduzido para os professores a partir de 2015 garante salários iniciais mais altos, mas em contrapartida, um aumento mais reduzido ao longo do tempo do que o regime antigo (que é ilustrado na Figura).

Além disso, não se trata apenas de saber em quanto aumenta, no total, o salário do professor, mas também em que etapas da sua carreira são concedidos esses aumentos. Se os aumentos salariais estão programados para as etapas iniciais da carreira, uma maior quantidade de professores terá a oportunidade de aceder aos mesmos e estes serão auferidos durante um período de tempo mais longo. Como ilustrado na Figura 4, em 11 países, localizados principalmente no norte da Europa, os aumentos salariais são mais significativos nos primeiros 15 anos de serviço (Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Reino Unido, Islândia e Noruega). Em contraste, em outros 15 países, sobretudo a sul da Europa (República Checa, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Áustria, Portugal, Roménia, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia e Turquia), a maior fatia de aumento salarial é atribuída após mais de 15 anos de antiguidade. Nos restantes sistemas educativos, a progressão salarial é relativamente constante ao longo do tempo.

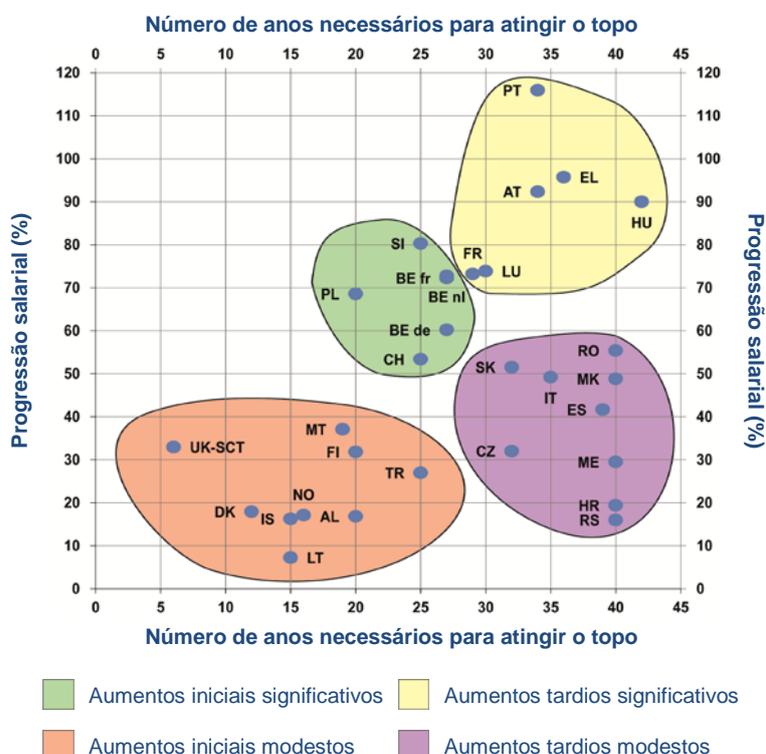
A Figura 5 ilustra a relação entre a escala de progressão salarial e os anos de serviço exigidos para os professores do secundário inferior atingirem o salário máximo. Dependendo do país, os professores podem levar entre seis e 40 anos para chegar ao topo da tabela salarial, o que se traduz

numa média europeia de 28 anos. Geralmente, quantos mais anos forem necessários para atingir o topo da tabela salarial, maior o aumento salarial total. No entanto, quanto menor for o número de anos exigidos para atingir o salário máximo, mais probabilidade têm os professores de atingir esse nível (e de aí permanecer por mais tempo).

Tendo em conta a escala da progressão salarial e o número médio de anos necessários para atingir o topo salarial, podem distinguir-se quatro grupos:

- **Aumentos iniciais modestos:** Na Dinamarca, Lituânia, Malta, Finlândia, Albânia, Islândia e Noruega, o aumento salarial total é inferior a 40 % e é concedido nos primeiros 20 anos de serviço. No Reino Unido (Escócia), os salários iniciais podem aumentar até 33 % nos primeiros seis anos. Na Turquia, o aumento total de 27 % é atingido, em média, após 25 anos de serviço.
- **Aumentos iniciais significativos:** Na Polónia, os salários dos professores podem aumentar quase 70 % durante os primeiros 20 anos de serviço. Após 25 anos de serviço, os salários iniciais terão subido até 80 % na Eslovénia e 53 % na Suíça. Na Bélgica, onde o salário de topo é atingido, em média, após 27 anos de serviço, os salários iniciais podem aumentar quase 73 % nas Comunidades francófona e flamenga, e cerca de 60 % na Comunidade germanófona.
- **Aumentos tardios modestos:** Na República Checa, Espanha, Itália, Croácia, Roménia, Eslováquia, Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia, são necessários entre 32 e 40 anos, em média, para atingir um aumento abaixo dos 55 %.
- **Aumentos tardios significativos:** O salário máximo ultrapassa os 70 % do salário inicial na Grécia, França, Luxemburgo, Hungria e Áustria e, no caso de Portugal, é o dobro. No entanto, são necessários entre 29 e 42 anos para atingir esta etapa e, em alguns destes países, grande parte do aumento é concedido na fase mais tardia da carreira de um professor.

Figura 5: Progressão salarial e número de anos necessários para atingir o topo da tabela salarial (CITE 24), 2017/18



Fonte: Eurydice.

4. Os salários reais dos professores, incluindo subsídios e outros pagamentos suplementares, são com frequência superiores ao PIB *per capita*

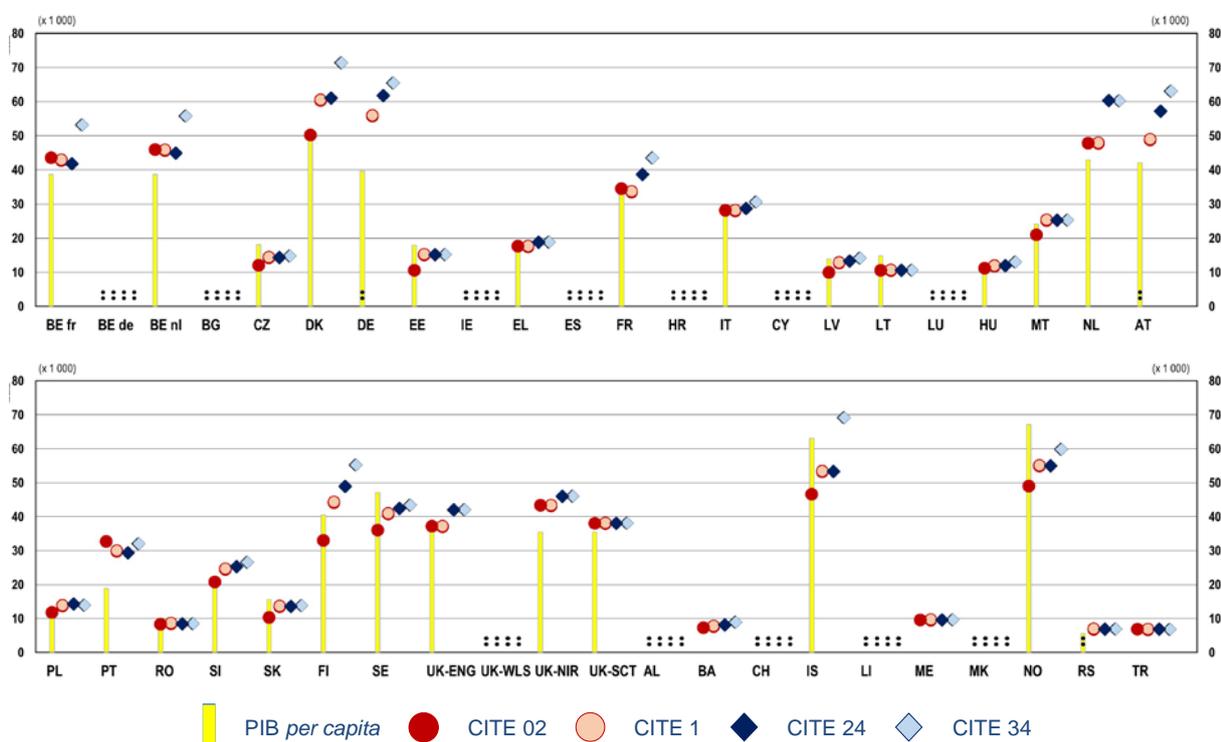
Os salários reais dos professores equivalem o salário bruto médio anual, incluindo eventuais subsídios ou outros abonos suplementares atribuídos para além do salário oficial. Em alguns países, o total destes subsídios pode representar uma proporção significativa do rendimento total de um professor.

Os níveis salariais reais (à semelhança dos salários oficiais) estão correlacionados com o PIB *per capita* – tendem a ser mais altos em países com um elevado PIB *per capita*, e mais baixos em países com um PIB *per capita* baixo (Figura 6).

Os salários reais dos professores em 2016/17 foram significativamente mais elevados do que o PIB *per capita* (mais de 10 %) em 10 sistemas educativos: Comunidade flamenga da Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Reino Unido (Irlanda do Norte) e Sérvia; e em outros quatro sistemas o mesmo sucedeu com os professores no nível secundário: Grécia, França, Finlândia e Reino Unido (Inglaterra).

Em contraste, os salários reais foram inferiores ao PIB *per capita* na República Checa, Estónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia, Suécia e Noruega, assim como na Letónia, Hungria e Islândia para os professores de todos os níveis de ensino, exceto no nível secundário superior.

Figura 6: Salários brutos anuais médios reais dos professores com idades compreendidas entre os 25-64 anos, 2016/17



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Os salários reais dos professores são a média ponderada dos salários brutos anuais auferidos pelos professores com habilitação para a docência em regime de tempo inteiro, incluindo subsídios e outros benefícios financeiros. Salvo indicação em contrário, o ano de referência para os salários reais é 2016/17 (as exceções são enumeradas infra, nas Notas específicas por país).

Os dados relativos aos salários reais de cada país podem ser consultados na Parte II deste relatório (Fichas de Informação Nacionais). As taxas de câmbio utilizadas para converter os salários em euros (nos casos em que são comunicados numa moeda nacional diferente) e os dados relativos ao PIB *per capita* (2017) encontram-se disponíveis num anexo no final do relatório.

Notas específicas por país (Figura 6)

Bélgica: O PIB refere-se a toda a Bélgica, mas os salários oficiais diferem entre as três Comunidades.

Estónia: Os salários reais referem-se a todos os professores, independentemente da idade.

Grécia: Os salários reais indicados foram calculados para o CITE 02 e CITE 1 em conjunto, e CITE 24 e 34 conjuntamente. Incluem-se os professores que lecionam em escolas NEE, e em programas de ensino profissional no nível secundário.

França: O ano de referência é 2016. Em contraste com os dados sobre salários oficiais, incluem-se outros professores efetivos tais como *professeurs agrégés, instituteurs, professeurs d'enseignement général des collèges, adjoints et chargés d'enseignement, professeurs de chaire supérieure*.

Lituânia: Os dados sobre os salários reais referem-se a todos os professores no setor público.

Hungria: O ano de referência é 2017. Os dados sobre os salários reais referem-se a todos os professores no setor público.

Áustria: No nível secundário superior, incluem-se os professores em cursos de ensino profissional. Estão excluídos os diretores escolares, vice-diretores e assistentes e chefes de departamento.

Roménia: Os dados sobre salários reais referem-se a todos os professores no setor público.

Eslovénia: Nos níveis primário e secundário, os dados incluem professores em escolas públicas e privadas que trabalharam para o mesmo empregador durante o ano inteiro e em regime de tempo integral, também aqueles sem habilitação para a docência. A nível do pré-escolar, os dados também incluem professores no CITE 01, de todas as idades, seja em regime de tempo inteiro ou de tempo parcial. O subsídio de férias anual, os subsídios de refeição, o reembolso das despesas de viagem e o abono pela antiguidade no serviço (*jubilejna nagrada*) não se encontram incluídos.

Eslováquia: Os dados sobre os salários reais também incluem os diretores escolares.

Suécia: O ano de referência é 2017. Os dados sobre os salários reais não incluem bónus e subsídios. No CITE 34, os cursos profissionais encontram-se incluídos.

Reino Unido (ENG): Os professores abrangidos pelos dados relativos aos salários reais incluem professores com habilitação para a docência nas tabelas salariais principais e superiores, assim como professores não habilitados para a docência que seguem uma via baseada no exercício da profissão para obterem o *Qualified Teacher Status (QTS)* que são remunerados na faixa salarial de professor sem habilitação para a docência, e ainda professores contratados para uma categoria profissional especializada que são pagos numa faixa salarial separada. O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

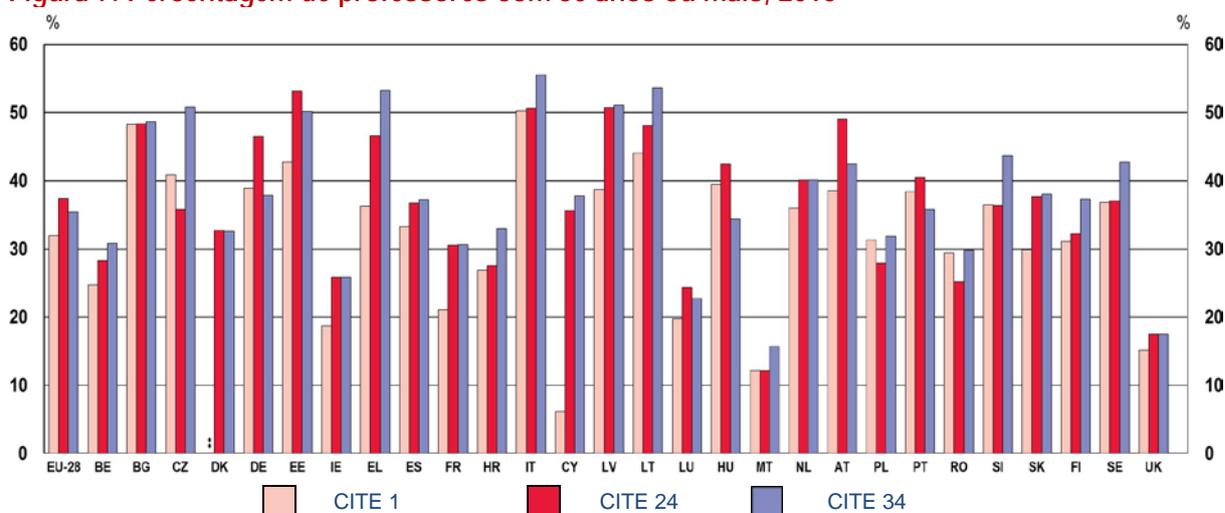
Reino Unido (NIR): Os professores abrangidos pelos dados dos salários reais incluem aqueles que são pagos nos escalões principais e superiores e que estão ao serviço de escolas subvencionadas. O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

Reino Unido (SCT): Os salários reais dizem respeito a todos os professores, independentemente da idade. O PIB é calculado para o conjunto do Reino Unido.

Islândia: Os dados sobre os salários reais referem-se a todos os professores no setor público.

Dado que os salários dos professores costumam aumentar proporcionalmente à sua experiência, o que, por sua vez, tem um impacto nos salários reais médios, afigura-se pertinente medir o nível de experiência da força de trabalho docente. A idade da população docente é aqui considerada como um *proxy* para a experiência. A Figura 7 mostra a percentagem da população docente com 50 ou mais nos Estados-Membros da UE em 2016, ou seja, com cerca de 25 anos de experiência. Entre os Estados-Membros para os quais existem dados disponíveis relativamente aos salários reais (Figura 6), a percentagem de professores com 50 anos ou mais foi superior à média da UE na Alemanha, Estónia, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Áustria e Portugal. A percentagem também foi elevada na Hungria no ensino primário e no secundário inferior, na República Checa, Eslovénia e Suécia no ensino primário e secundário superior, na Eslováquia no nível secundário e na Finlândia no nível secundário superior.

Figura 7: Percentagem de professores com 50 anos ou mais, 2016



Fonte: Eurostat, *Classroom teachers and academic staff by education level, programme orientation, sex and age groups, educ_uae_perp01*

Notas específicas por país

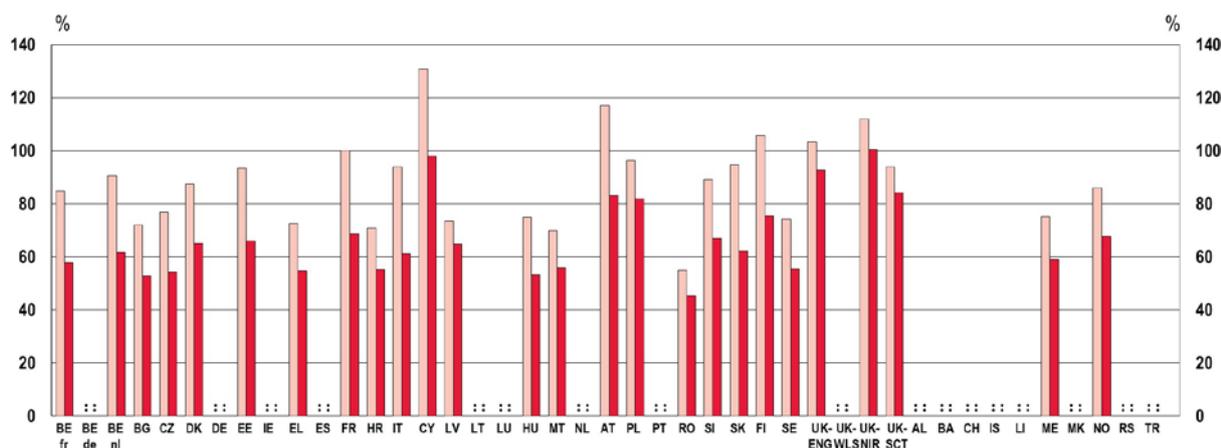
Irlanda: O valor percentual para o CITE 24 e 34 inclui o conjunto de todos os professores do ensino secundário.

Portugal: O valor percentual para o CITE 34 inclui o CITE 35 (professores em cursos profissionais).

A Figura 8 mostra os salários reais dos professores do secundário inferior em 2014/15 como uma proporção dos rendimentos médios de outros diplomados do ensino superior que trabalham fora do setor público. Em quatro sistemas educativos (Áustria, Finlândia e Reino Unido – Inglaterra e Irlanda do Norte), o salário médio dos professores no ensino secundário inferior foi superior à média dos rendimentos dos trabalhadores do setor não-público com uma qualificação de ensino superior de curta duração ou um grau de Licenciatura. No entanto, na Finlândia, onde a qualificação mínima para ser um professor do secundário inferior é o grau de Mestrado, o salário médio equivaleu a 75 % dos rendimentos médios dos trabalhadores do setor não-público com qualificações de Mestrado ou Doutoramento. No Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte), onde só é exigido o grau de Licenciatura para ingressar na profissão docente, os salários reais dos professores foram semelhantes ou apenas ligeiramente inferiores aos rendimentos médios dos outros trabalhadores qualificados com um diploma de Mestrado, no mínimo.

O salário médio dos professores no nível secundário inferior foi entre 70 % e 75 % dos rendimentos médios dos trabalhadores com uma qualificação superior de ciclo curto ou um grau de Licenciatura na Bulgária, Grécia, Croácia, Letónia e Malta, e de apenas 55 % na Roménia. Na Eslovénia e Eslováquia, onde os professores do secundário inferior têm de possuir um grau de Mestrado, o salário médio situou-se entre 60 % e 70 % dos rendimentos médios dos trabalhadores do setor não-público com um grau de Mestrado ou Doutoramento; e traduziu-se em cerca de 50 % na República Checa e Suécia⁽⁷⁾. Deve salientar-se que os salários dos professores em alguns destes países aumentaram consideravelmente durante os últimos três anos (ver Secção 2).

Figura 8: Salários reais dos professores do secundário inferior em relação aos rendimentos médios de outros diplomados do ensino superior que trabalham fora do setor público, 2014/15



Salários reais dos professores do secundário inferior como uma proporção dos rendimentos médios dos trabalhadores (setor não público) com:

- uma qualificação de ensino superior de ciclo curto, grau de Licenciatura ou equivalente (Níveis CITE 5 e 6)
- um grau de Mestrado, Doutoramento ou equivalente (Níveis CITE 7 e 8)

Fonte: Eurydice e Eurostat.

Os salários reais dos professores em relação aos rendimentos médios de outros diplomados do ensino superior que trabalham fora do setor público (%), 2014/15

	BE fr	BE de	BE nl	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT
Qualificação de ensino superior de ciclo curto, grau de Licenciatura ou equivalente	85	:	91	72	77	87	:	93	:	73	:	100	71	94	131	73	:	:	75	70	:	117
Grau de Mestrado, Doutoramento ou equivalente	58	:	62	53	54	65	:	66	:	55	:	69	55	61	98	65	:	:	53	56	:	83
	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK-ENG	UK-WLS	UK-NIR	UK-SCT											
Qualificação de ensino superior de ciclo curto, grau de Licenciatura ou equivalente	96	:	55	89	95	106	74	103	:	112	94								75		86	
Grau de Mestrado, Doutoramento ou equivalente	82	:	45	67	62	75	55	93	:	100	84								59		68	

(7) Em França e Hungria, foi exigido aos docentes do secundário inferior um grau de Mestrado para ingressar na profissão docente no ano de referência; contudo, tratando-se de um requisito recentemente exigido, a maioria dos professores só detinha o grau de Licenciatura.

Nota explicativa (Figura 8)

Esta figura ilustra a relação entre o salário bruto anual médio dos professores do secundário inferior e os rendimentos brutos anuais médios de outros diplomados do ensino superior que trabalham fora do setor público. Os salários reais são retirados do relatório Eurydice *Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares na Europa – 2014/15*. Os rendimentos médios de trabalhadores com qualificações similares são extraídos do Eurostat, *Mean annual earnings by sex, economic activity and educational attainment* [earn_ses14_30], Indústria, construção e serviços (exceto administração pública, defesa e segurança social obrigatória), 2014.

Na República Checa, Estónia, França, Itália, Hungria, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, os professores são obrigados a obter o grau de Mestrado (CITE 7) para aceder à profissão docente no nível secundário inferior.

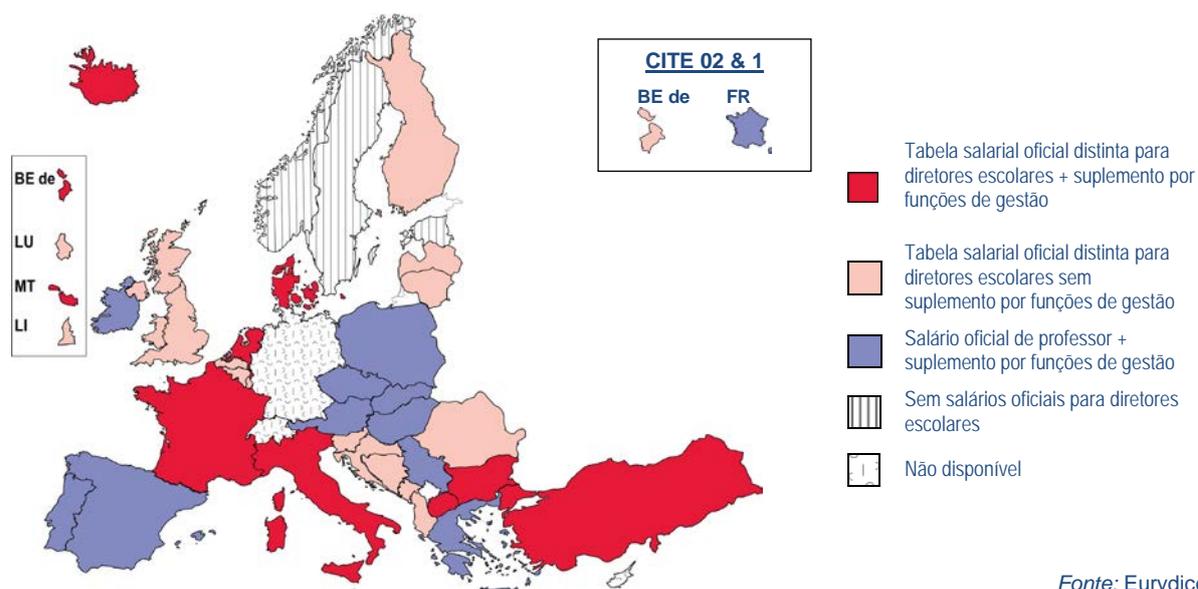
5. Na maioria dos países, os rendimentos dos diretores escolares dependem da dimensão da escola

A Figura 9 mostra os três tipos de sistemas de remuneração oficial utilizados para pagar aos diretores de estabelecimentos de ensino público na Europa.

1. Em 10 sistemas educativos (Comunidade germanófona da Bélgica (ensino secundário), Bulgária, Dinamarca, França (ensino secundário), Itália, Malta, Países Baixos, Islândia, Macedónia do Norte e Turquia), os diretores escolares são remunerados com base numa tabela salarial distinta (diferente da tabela dos professores) e todos eles auferem um suplemento remuneratório pelo exercício de funções de gestão.
2. Num segundo grupo de 17 sistemas educativos, embora existam tabelas remuneratórias oficiais distintas para diretores escolares, não é pago qualquer suplemento pelo exercício de funções de gestão (Comunidades francófona e flamenga da Bélgica, Croácia, Lituânia, Letónia, Luxemburgo, Roménia, Eslovénia, Finlândia, Reino Unido (os quatro sistemas), Albânia, Bósnia-Herzegovina, Listenstaine e Montenegro). Há ainda o caso da Comunidade germanófona da Bélgica no ensino primário.
3. Em contraste, 11 sistemas não dispõem de uma tabela salarial separada para diretores escolares; ao invés, estes recebem o salário de professor acrescido de um suplemento remuneratório pelo exercício de funções de gestão (República Checa, Irlanda, Grécia, Espanha, França (educação pré-escolar e ensino primário), Hungria, Áustria, Polónia, Portugal, Eslováquia e Sérvia).

Na Estónia, Suécia e Noruega, os salários dos diretores escolares não são regulamentados.

Figura 9: Sistemas de remuneração de diretores de escolas públicas (CITE 02, 1, 24 e 34), 2017/18



Fonte: Eurydice.

Nota específica por país

Luxemburgo: A informação na figura refere-se apenas ao ensino secundário. Em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino primário não existe a função de diretor escolar.

Independentemente do modo como é definido o salário do diretor escolar, na maioria dos sistemas educativos, o salário básico e/ou o suplemento remuneratório pelo exercício de funções de gestão varia em função da dimensão da escola (por exemplo, número de alunos ou de turmas). Outras características da escola que também podem ser consideradas incluem a localização da escola, o nível de ensino, o número de alunos NEE, a oferta de um ensino diferenciado e a oferta de programas especiais (por exemplo, para as minorias).

Em 18 sistemas educativos (Figura 10), as escolas são agrupadas de acordo com determinados critérios que incluem a dimensão da escola (p. ex. número de alunos, turmas, programas ou professores) e os diretores escolares são remunerados de acordo com a tabela salarial afeta ao grupo a que pertence a sua escola. Este cenário também se aplica nos níveis pré-escolar e primário na Comunidade francófona da Bélgica e França, em escolas secundárias na Comunidade germanófona da Bélgica, nos ensinos primário e secundário inferior na Finlândia, e em escolas secundárias anatólias na Turquia.

As variações nos salários brutos anuais oficiais dos diretores de escola em virtude da dimensão ou de outras características da escola são geralmente inferiores a 20 % (ver quadro na Figura 10). No entanto, a diferença salarial pode ser significativamente maior em alguns países.

Dependendo da dimensão ou do tipo de escola, o salário mínimo de um diretor escolar pode variar até 60 % na Irlanda, 56 % na Letónia, 71 % nos Países Baixos (ensino secundário), 30 % em Portugal e mais de 70 % no Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte).

Existem também diferenças significativas nos salários máximos dos diretores escolares segundo a dimensão ou o tipo de escola na Irlanda (27 % no nível primário e 41 % no nível secundário), Países Baixos (29 % na educação pré-escolar e no ensino primário e 58 % no ensino secundário) e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte) (85 %).

Figura 10: Impacto da dimensão da escola sobre os salários dos diretores escolares, 2017/18

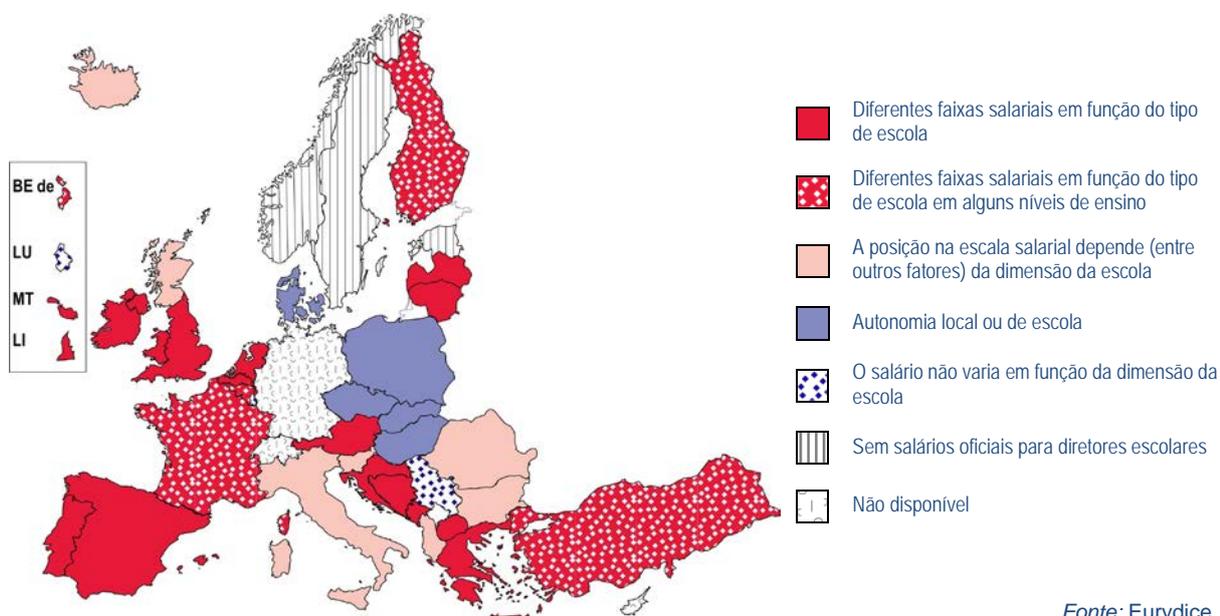


Figura 10 (continuação)
Variação percentual nos salários dos diretores escolares segundo o tipo (dimensão) de escola (%), 2017/18

	BE fr		BE de		BE nl		IE		EL		ES		FR		HR		LV		LT		MT		NL	
	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.
CITE 02	12	7			13	8					17	13	5	4			56		12	12	2	2	7	29
CITE 1	12	7			13	8	60	27	14	9	17	13	5	4	18	18	56		15	12	2	2	7	29
CITE 24			4	3	10	1	57	41	3	2	10	7			18	18	56		15	12	2	2	71	58
CITE 34			4	3	6	2	57	41	3	2	10	7			18	18	56		15	12	2	2	71	58
	AT		PT		FI		UK-ENG		UK-WLS		UK-NIR		BA		LI		ME		MK		TR			
	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.
CITE 02			30	13			72	85	72	85	72	85					13	14						
CITE 1	19	17	30	13	7	7	72	85	72	85	72	85	8	8	6	8	13	14	10	10				
CITE 24	19	17	30	13	18	18	72	85	72	85	72	85	8	8	2	0	13	14	10	10				
CITE 34	15	13	30	13			72	85	72	85	72	85	8	8	5	8	13	14	22	22	1	1		

Em sete sistemas educativos (Bulgária, Itália, Roménia, Eslovénia, Reino Unido – Escócia, Albânia e Islândia), existe apenas uma escala remuneratória, mas o posicionamento dos diretores escolares nesta escala tem em conta a dimensão da escola e outros fatores.

Em cinco sistemas educativos, fica ao critério das autoridades locais ou da própria escola decidir se os vencimentos dos diretores escolares estão vinculados à dimensão da escola. Na República Checa, a legislação define uma faixa para o suplemento remuneratório pelo exercício de funções de gestão – a qual deve depender do nível de gestão e da exigência do cargo – e a “autoridade oficial” (para a maioria das escolas, trata-se da autoridade regional ou local) decide o montante final para cada diretor de escola dependendo de fatores como o número de funcionários e de turmas. Na Dinamarca, os critérios são decididos a nível local. Na Polónia, os complementos de “cargo” e “motivação” atribuídos aos diretores escolares são regulamentados por departamentos da administração local. Na Hungria e Eslováquia, as funções docentes dos diretores escolares dependem da dimensão da escola, mas a autoridade de administração escolar também pode decidir conceder complementos ou subsídios de gestão mais elevados aos diretores de escolas de maior dimensão.

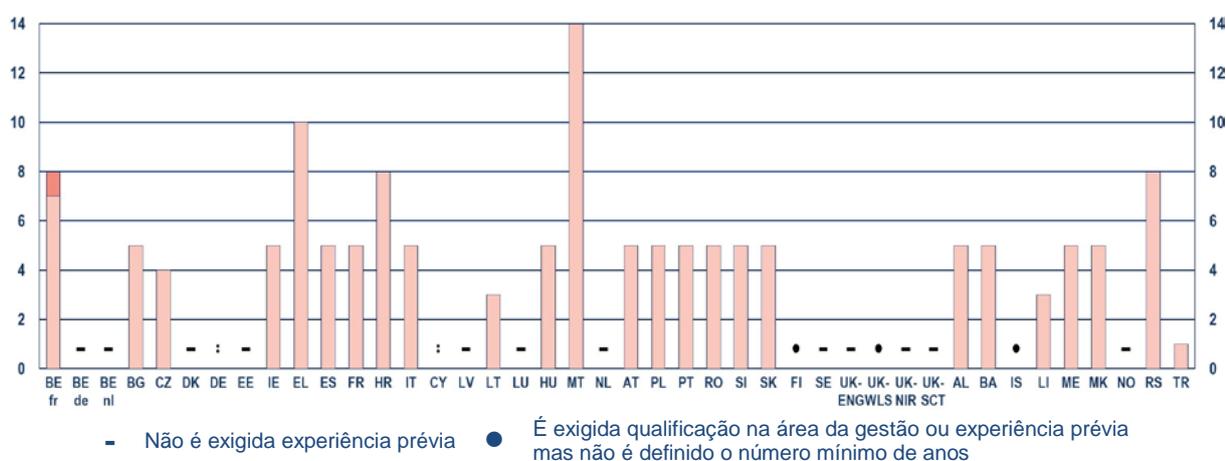
O salário de um diretor nem sempre varia em função da dimensão da escola. Na Sérvia, todos os diretores escolares recebem um complemento remuneratório pelo exercício de funções de gestão de 20 % do seu salário de base, independentemente da dimensão da escola. Em Luxemburgo, a dimensão da escola não é um fator determinante do salário dos diretores de escolas secundárias.

6. Em alguns sistemas educativos, existe uma diferença significativa entre os salários dos professores e dos diretores escolares

A compensação monetária concedida aos diretores de escola pode influenciar a decisão de um professor se candidatar (ou não) a uma função de liderança. Esta secção examina a experiência profissional requerida nos países europeus para ser diretor de uma escola e compara os salários oficiais dos professores e dos diretores escolares no nível secundário inferior em 2017/18.

Em 24 sistemas educativos, os professores deverão completar um período mínimo de experiência profissional ou anos de serviço para se tornarem diretores escolares. Este período oscila normalmente entre três e cinco anos, apesar de subir para sete ou oito anos na Comunidade francófona da Bélgica, oito na Croácia, 10 na Grécia e 14 em Malta (Figura 11). Em 12 sistemas educativos, não existem requisitos oficiais relativamente à experiência profissional prévia dos candidatos.

Figura 11: Número de anos de experiência necessários para ser um diretor de escola em estabelecimentos de ensino públicos, 2017/18



Fonte: Eurydice.

Notas específicas por país

Bélgica (BE fr): Dependendo da rede de estabelecimentos de ensino, é necessário possuir sete ou oito anos de experiência docente para ser diretor escolar.

República Checa: São necessários três anos de experiência em educação pré-escolar, quatro anos em escolas primárias, quatro ou cinco no nível secundário inferior e cinco no ensino secundário superior.

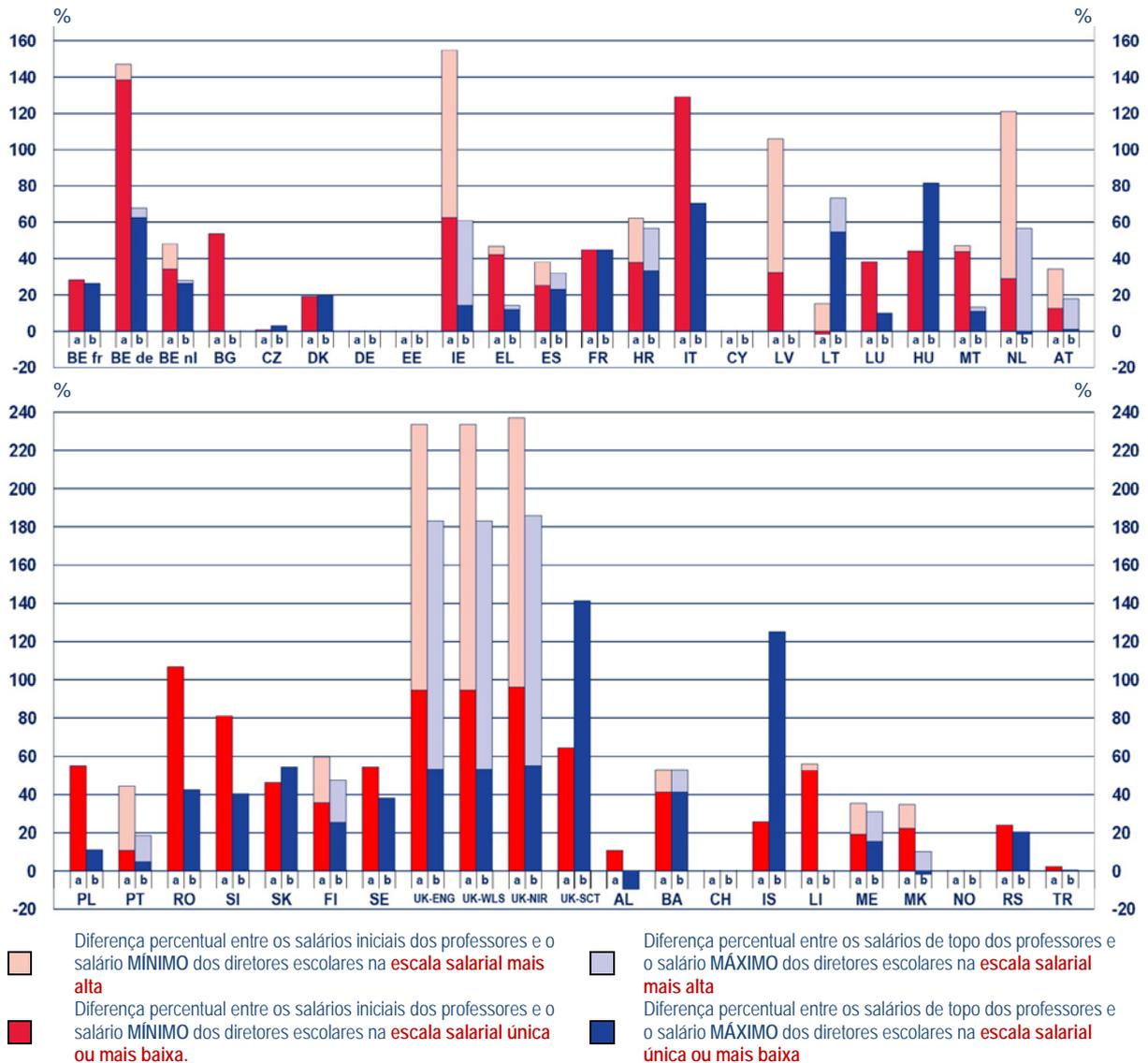
França: Em escolas pré-primárias e primárias, os professores necessitam de dois anos de experiência para se candidatarem funções de liderança.

A Figura 12 mostra a diferença percentual entre os brutos oficiais anuais (mínimos e máximos) dos professores e diretores escolares no ensino secundário inferior. Estes valores dizem respeito a indivíduos com as qualificações mínimas para exercer funções de docência ou de direção de um estabelecimento de ensino. Importa salientar que, em países onde os professores necessitam de um número mínimo de anos de experiência para se candidatarem a uma função de liderança, o salário mínimo do diretor de escola corresponde a este número de anos de serviço. Em contraste, o salário mínimo dos professores aplica-se a professores principiantes sem experiência prévia. Como os salários dos professores mais experientes costumam ser mais elevados, a diferença em relação aos salários dos diretores escolares seria relativamente menor.

O salário mínimo oficial dos diretores escolares neste nível de ensino mais do que duplica em relação ao salário inicial dos professores em vários sistemas educativos (Comunidade germanófona da Bélgica, Itália e Roménia, e também as escolas de maior dimensão na Letónia e nos Países Baixos). Ultrapassa os 50 % em outros seis sistemas (Bulgária, Irlanda, Polónia, Eslovénia, Reino Unido – Escócia, e Listenstaine) e nas escolas de maior dimensão em Bósnia-Herzegovina (com mais de 800 alunos), Croácia (com mais de 850 alunos) e Finlândia (mais de 20 grupos de 32 alunos). Só em alguns países (Lituânia, Albânia e Turquia), a diferença entre o salário mínimo de um professor e de um diretor escolar é inferior a 15 %.

O salário máximo que um diretor escolar plenamente qualificado pode auferir no nível secundário inferior é superior em mais de 50 % ao salário máximo de um professor com a qualificação mínima na Comunidade germanófona da Bélgica, Itália, Lituânia, Hungria, Eslováquia, e ainda nas escolas de maior dimensão na Irlanda, Croácia, Países Baixos e Bósnia-Herzegovina. No Reino Unido (Escócia) e Islândia, é mais do que o dobro. A diferença entre o salário máximo de um professor e de um diretor de escola é inferior a 15 % apenas na Grécia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Albânia, Macedónia do Norte e Turquia.

Figura 12: Diferença percentual entre os salários brutos oficiais anuais (mínimos e máximos) dos professores e dos diretores escolares (CITE 24), 2017/18



Fonte: Eurydice.

Diferença percentual entre os salários iniciais dos professores e o salário MÍNIMO dos diretores escolares (%), 2017/18

	BE fr	BE de	BE nl	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT
Na escala salarial única ou mais baixa (dos diretores escolares)	28	138	34	54	1	19	:	(-)	63	42	25	45	38	129	:	32	-2	38	44	44	29	13
Na escala salarial mais alta (dos diretores escolares)	(-)	147	48	(-)	(-)	(-)	:	(-)	155	47	38	(-)	62	(-)	:	106	14	(-)	(-)	47	121	34
	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK-ENG	UK-WLS	UK-NIR	UK-SCT		AL	BA	CH	IS	LI	ME	MK	NO	RS	TR
Na escala salarial única ou mais baixa (dos diretores escolares)	55	11	107	81	47	36	54	94	94	96	64		11	41	:	26	53	19	22	(-)	24	2
Na escala salarial mais alta (dos diretores escolares)	(-)	44	(-)	(-)	(-)	59	(-)	234	234	237	(-)		(-)	53	:	(-)	56	35	35	(-)	(-)	(-)

Diferença percentual entre os salários de topo dos professores e o salário MÁXIMO dos diretores escolares (%), 2017/18

	BE fr	BE de	BE nl	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	HR	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT
Na escala salarial única ou mais baixa (dos diretores escolares)	27	63	27	(-)	3	20	:	(-)	14	12	23	45	33	70	:	(-)	55	10	82	11	-2	1
Na escala salarial mais alta (dos diretores escolares)	(-)	68	28	(-)	(-)	(-)	:	(-)	61	14	32	(-)	57	(-)	:	(-)	73	(-)	(-)	13	55	18
	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK-ENG	UK-WLS	UK-NIR	UK-SCT		AL	BA	CH	IS	LI	ME	MK	NO	RS	TR
Na escala salarial única ou mais baixa (dos diretores escolares)	11	5	43	40	55	26	38	53	53	55	141		-9	41	:	125	0	15	-2	(-)	20	0
Na escala salarial mais alta (dos diretores escolares)	(-)	19	(-)	(-)	(-)	48	(-)	183	183	186	(-)		(-)	53	:	(-)	0	31	9	(-)	(-)	(-)

Nota explicativa (Figura 12)

Esta figura compara os salários dos professores do secundário inferior com os salários dos diretores escolares em 2017/18. Examina os salários iniciais na base (ponto mais baixo) da respetiva escala salarial para cada grupo, assim como os salários de topo (ponto mais elevado).

Nos casos em que os diretores escolares são remunerados segundo diferentes escalas salariais em função da dimensão da escola, utilizam-se tanto as escalas mais baixas como as mais altas como base de comparação com os salários dos professores.

Os salários oficiais dos professores referem-se a professores principiantes em regime de tempo integral com a qualificação mínima para ingressar na profissão docente, exceto em países onde a maioria dos professores ingressa na profissão com uma qualificação mais elevada e, por conseguinte, auferem um vencimento mais alto. Nestes países, o salário inicial oficial representado é para a maioria dos professores com a qualificação mais alta (ver as Notas específicas por país, em baixo).

Os salários oficiais dos diretores escolares referem-se aos diretores escolares que detêm a qualificação mínima exigida para exercer funções de direção de uma escola.

Os dados sobre salários oficiais para cada país podem ser consultados na Parte II deste relatório (Fichas de Informação Nacionais). As taxas de câmbio utilizadas para converter salários em euros (nos casos em que foram indicados numa moeda nacional distinta) encontram-se disponíveis para consulta num anexo no final do relatório.

Notas específicas por país

República Checa: Os diretores escolares recebem um subsídio suplementar pelo exercício de funções de liderança (15-60 % do salário de um professor consoante o nível de liderança), que não se encontra representado na figura.

Estónia: Não há salários oficiais para diretores escolares. O seu salário é fixado no âmbito da autonomia local.

Irlanda: Os salários oficiais máximos dos diretores escolares incluem subsídios para outras qualificações para além da qualificação mínima.

Espanha: Os salários oficiais representados são médias ponderadas dos salários a nível regional (Comunidades Autónomas).

Letónia: Somente os salários mínimos se encontram fixados nas regulamentações oficiais.

Luxemburgo: Não existem diretores escolares em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino primário.

Suécia: Não são fixados salários oficiais. Os salários mínimos mostrados correspondem aos salários reais médios dos diretores escolares com o máximo de dois anos de experiência. Os salários máximos indicados correspondem aos salários reais médios acima do percentil 90.

Noruega: Não há salários oficiais para diretores escolares. O seu salário remete para a esfera da autonomia local.

No Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte), os salários mínimos e máximos dos diretores escolares aplicam-se a todos os níveis de ensino. Cada escola é alocada a um de oito grupos, em função da sua pontuação unitária total, que se calcula tendo em conta o número de alunos, o nível de ensino e o número de alunos NEE. Na prática, só os diretores de infantários ou de escolas primárias de muito pequena dimensão se encontram no Grupo 1 e só os diretores de escola de escolas secundárias de grande dimensão se encontram no Grupo 8. O salário mínimo dos diretores de escola no Grupo 1 é quase o dobro do salário dos professores principiantes, e mais do que o triplo nos estabelecimentos do Grupo 8. O salário máximo dos diretores escolares no Grupo 1 é 1,5 vezes superior ao salário máximo dos docentes neste grupo; no caso do Grupo 8, o salário máximo dos diretores escolares é quase três vezes mais o salário de topo dos professores.

Salários e Subsídios dos Professores e Dirigentes Escolares na Europa – 2017/18

O relatório analisa os salários oficiais dos professores e diretores escolares nas escolas públicas de educação pré-escolar, do ensino primário e secundário geral em 42 sistemas educativos europeus em 2017/18. Também examina as principais alterações ocorridas nos últimos anos, assim como os salários reais médios dos professores incluindo quaisquer subsídios ou outros pagamentos suplementares. O relatório inclui fichas nacionais que ilustram os dados para cada sistema educativo. Os dados foram reunidos em conjunto pelas Redes Eurydice e OCDE/NESLI.

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Todas as publicações da Rede Eurydice são disponibilizadas de forma gratuita no sítio oficial da Rede ou em formato impresso mediante pedido. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura da União Europeia. Para mais informações sobre a Rede Eurydice, ver <http://ec.europa.eu/eurydice>.

